



NÃO me venha com PROMESSAS de POLÍTICAS! O amanhã é hoje!

Direitos Humanos e Segurança Pública só com garantia de recursos no orçamento público.

O Movimento de Mulheres tem pautado a questão da violência contra as mulheres enquanto problema social de responsabilidade do Estado, uma vez que a violência na vida das mulheres significa uma situação de violação dos direitos humanos e de ausência de uma política eficaz de segurança pública.

No final deste ano, o Movimento participará da Conferência Nacional de Direitos Humanos e, em 2009, do processo da Conferência Nacional de Segurança Pública. A violência será o tema central dos debates nas duas conferências.

A fim de contribuir para fortalecer a participação da sociedade, apresentamos algumas propostas, construídas nos últimos anos, em diálogo com organizações e movimentos que atuam em todo o país:

- ✓ Reconhecemos os avanços que ocorreram com a instituição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com a realização das conferências de políticas para as mulheres e a elaboração de um plano que apresenta referências para o enfrentamento da violência.

- ✓ Reconhecemos, também, a contribuição da SPM e de parlamentares comprometidas/os com os direitos das mulheres no processo que culminou com a promulgação da Lei Maria da Penha, num contexto de forte mobilização do movimento de mulheres em todo o Brasil.

- ✓ Compreendemos, no entanto, que a cultura patriarcal que alicerça as instituições no nosso país impõem barreiras ao avanço de medidas que contribuam para democratizar o acesso a políticas e considerem os direitos humanos das mulheres.

- ✓ Para que a Lei Maria da Penha se torne uma conquista real para as mulheres, é necessária uma série de medidas de amplitude nacional, estadual e de ação municipal, e o compromisso das/os gestoras/es públicas/os com uma ampla articulação entre as esferas de governo.

Do lado dos estados e municípios, agilizar a assinatura de pactos com o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, lançado pela SPM e do lado do governo federal, garantia de repasse de recursos que viabilizem ações como:

- ☞ Implantação de um Sistema Nacional de Informação sobre Violência contra as Mulheres;
- ☞ Transparência dos governos federal, estadual e municipais na apresentação dos orçamentos destinados a políticas para mulheres;
- ☞ **Ampliação, regionalização e interiorização das delegacias especializadas de atendimento à mulher**, garantindo a capacitação de profissionais para, até o final de 2010, termos uma delegacia em todas as cidades-pólo (municípios acima de 100 mil habitantes) e em cidades pequenas com alto índice de violência contra as mulheres, em todos os estados do país;
- ☞ **Efetivação da criação dos juizados** de violência doméstica e familiar contra a mulher. Em vários estados do país temos apenas promessas, mas baixa execução do Judiciário;
- ☞ **Ampliação dos núcleos de defensorias públicas especializadas** em direitos das mulheres;
- ☞ **Ampliação dos centros de referência** para atendimento das mulheres em situação de violência e criação, em número proporcional, de casas abrigos;
- ☞ **Ampliação dos serviços de saúde** com profissionais capacitadas/os para o atendimento de mulheres vítimas de violência, incluindo os casos de violência sexual e serviços de aborto legal;
- ☞ **Em cada Estado, instituição de programa de formação de equipes multidisciplinares** de profissionais para o atendimento nos juizados e outros serviços;
- ☞ A partir de 2009, cada governo estadual deve comprometer-se com a implantação de políticas para facilitar o acesso de mulheres em situação de violência à **formação técnica, emprego e linhas de crédito**;
- ☞ Implantação de **medidas de prevenção**, tais como: programas no campo da educação, campanhas públicas permanentes e ações junto aos meios de comunicação;
- ☞ Que o Governo Federal passe, imediatamente, a investir numa **ação mais articulada entre ministérios** – Justiça, Saúde, Educação, Cidades, Trabalho – e as Secretarias – Especial de Direitos Humanos (SEDH), Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Nacional de Segurança Pública (SENASP) – de forma a potencializar as ações e as políticas públicas;
- ☞ Em cada Estado, em conjunto com o Ministério das Cidades, implantação de políticas de reordenamento urbano, ampliando programas de moradia com acesso a crédito para mulheres em situação de violência, além de creches e lavanderias públicas, áreas de lazer e outras ações para requalificar os espaços públicos, tornando possível uma maior segurança para todas as pessoas que deles compartilham.

Na área de segurança pública, é necessário implantar as propostas debatidas no II Encontro Nacional de Direitos Humanos, em 2007.

Destacamos

- ✓ As ações do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI) não indicam mudanças significativas na concepção da função das polícias, que se mantêm como uma ação repressiva dirigida a pessoas pobres, negros/as, lésbicas, homossexuais, que têm seus direitos e sua segurança ameaçados neste país. **Exigimos medidas de enfrentamento ao racismo e sexismo, que atuam como fatores geradores da violência;**
- ✓ Não há no PRONASCI nenhuma ação específica para a população negra, cujo índice de homicídios alcança o dobro da população branca. Reivindicamos ações específicas para o combate ao racismo nas instituições de segurança pública e ações voltadas para a juventude negra, a principal vítima da violência letal;
- ✓ O projeto Mulheres da Paz reforça o conservadorismo em nosso país, pois se fundamenta na idéia de que toda mulher é, ou será, mãe; é, ou será, a principal responsável pela educação de crianças e jovens e cuidadora destas/es e dos/as idosos/as. **Solicitamos a revisão desse Projeto que, além de tudo, desconsidera a situação de risco imposta às mulheres que decidirem “atuar” no projeto;**
- ✓ As armas de fogo são utilizadas, frequentemente, nos homicídios de mulheres. **Denunciamos esta situação e exigimos que o Governo Federal intensifique e amplie as ações da política nacional de desarmamento;**
- ✓ O Movimento de Mulheres também entende que é preciso investir numa ampla reformulação do sistema prisional, assegurando aos/às apenados/as dignidade e criando reais possibilidades para reintegração destes/as à sociedade.

Acrescentamos a estas propostas

- ✓ Nosso repúdio ao conservadorismo que tem contaminado as instituições do Estado brasileiro, punindo e criminalizando mulheres que recorrem à interrupção de uma gravidez indesejada. A estas mulheres deve ser garantida proteção e atendimento qualificado pelo serviço público de saúde. Nenhuma mulher deve ser presa, maltratada ou humilhada por ter feito aborto.
- ✓ Cabe ao governo brasileiro garantir a segurança de defensoras/es dos direitos humanos. Para que o exercício da democracia seja efetivo é preciso estancar o processo de criminalização dos movimentos sociais em curso no país.

Como justificamos este conjunto de propostas?

Em cada política, tanto o Governo Federal, como os governos estaduais e prefeituras precisam respeitar a diversidade da população brasileira e considerar essa diversidade como referência para pensar ações e serviços. Isso significa, por exemplo, levar em conta que as necessidades das mulheres rurais serão diferentes das indígenas. E as necessidades das mulheres negras que vivem em quilombos serão distintas das mulheres negras que residem nas cidades. Somente com os governos levando em conta essa diversidade nós, mulheres, poderemos ter acesso a políticas públicas de qualidade e que correspondam às nossas necessidades.

Convidamos gestores/as públicos/as federais, estaduais e municipais a ampliar o diálogo com os movimentos sociais, principalmente nas reuniões de trabalho dos conselhos e nos processos de conferência. Deste modo, a sociedade civil poderá contribuir com a avaliação e melhoria permanente das políticas implementadas, propondo formas de continuidade ou ajustes, frente aos diferentes contextos onde nós, mulheres, precisamos enfrentar a violência. A instalação dos conselhos de controle social é essencial para que este diálogo entre movimentos sociais e governos aconteça de forma democrática.

E, por fim, para que qualquer política possa passar “de promessa eleitoral a garantia de direitos para nós, mulheres”, é preciso que cada governo garanta recursos no orçamento. Governo sem política não é governo. Política sem recursos é negação de direitos e estímulo à violência. Portanto, convidamos governantes a considerarem, na criação e implantação de planos de políticas e nos orçamentos públicos, as proposições aprovadas nos processos das Conferências, como as que estão para acontecer: a Nacional de Direitos Humanos entre 15 e 18 de dezembro de 2008, e a Nacional de Segurança Pública em 2009 (data a ser definida).

Por mim! Por nós!
Pelas outras!
Não à violência
contra as mulheres!

ARTICULAÇÃO
DE MULHERES BRASILEIRAS
www.articulacaodemulheres.org.br
amb@articulacaodemulheres.org.br

Apoio



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

Articulação de Mulheres do Acre
Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres de Alagoas
Articulação de Mulheres do Amapá
Articulação de Mulheres do Amazonas
Fórum de Mulheres de Salvador
Fórum de Mulheres Cearenses
Fórum de Mulheres do Distrito Federal
Fórum de Mulheres do Espírito Santo
Fórum Goiano de Mulheres
Fórum Estadual de Mulheres Maranhenses
Fórum de Mulheres de Mato Grosso
Articulação de Mulheres do Mato Grosso do Sul
Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba
Fórum de Mulheres da Grande Belo Horizonte
Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense

Fórum de Mulheres da Paraíba
Fórum de Mulheres do Paraná
Fórum de Mulheres de Pernambuco
Fórum de Mulheres Piauienses
Articulação de Mulheres Brasileiras – RJ
Fórum Estadual de Mulheres do Rio Grande do Norte
Fórum Municipal da Mulher de Porto Alegre
Articulação de Mulheres de Rondônia
Núcleo de Mulheres de Roraima
Fórum de Mulheres de Santa Catarina
Articulação de Mulheres de São Paulo
Fórum de Mulheres de Sergipe
Articulação de Mulheres Tocantinenses
Fórum de Mulheres Lauro de Freitas – BA